



A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO E A AGROINDÚSTRIA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO)

LA TERRITORIALIZACIÓN DEL CAPITAL DEL AGRONEGOCIO Y LA AGROINDUSTRIA DEL MUNICIPIO DE ARAGUAÍNA (TO)

Delismar Palmeira Costa – UFT – Porto Nacional – Tocantins – Brasil
delismarcosta@gmail.com

Alberto Pereira Lopes – UFT – Araguaína – Tocantins – Brasil
beto@mail.uft.edu.br

RESUMO:

Neste trabalho buscou-se analisar a territorialização do capital do agronegócio no município de Araguaína no Brasil, bem como examinar a atual configuração de sua agroindústria no contexto local e internacional. Para atingir esses objetivos foi necessária uma ampla revisão bibliográfica acerca do tema tanto em aspectos gerais como por meio de monografias sobre o local. Outro elemento importante da pesquisa são os dados relacionados ao debate, que foram extraídos de sites oficiais e possibilitaram uma melhor assimilação da realidade de Araguaína no que se refere à territorialização do seu agronegócio. Conclui-se que esta atividade se encontra totalmente territorializada no município juntamente com o seu capital, e que a agroindústria possui uma dinâmica altamente produtiva com o quadro nacional e internacional.

Palavras-Chave: Territorialização; Agronegócio; Araguaína.

RESUMEN:

En este trabajo se buscó analizar la territorialización del capital del agronegocio en el municipio de Araguaína en el Brasil, así como examinar la configuración actual de su agroindustria en el contexto local e internacional. Para llegar esos objetivos fue necesaria una amplia revisión bibliográfica acerca del tema tanto en aspectos generales como por medio de monografías del local. Otro elemento importante de la investigación son los datos relacionados al debate, que fueron extraídos de páginas de internet oficiales para una asimilación mejor de la realidad de Araguaína en lo que se refiere a la territorialización de su agronegocio. Se concluye que esta actividad se encuentra totalmente territorializada en el municipio junto con su capital, y que su agroindustria posee una dinámica altamente productiva con el cuadro nacional e internacional.

Palabras Clave: Territorialización; agronegocio; Araguaína.

INTRODUÇÃO

A Territorialização do capital, em um determinado lugar, por um ramo da divisão social do trabalho se dá por uma série de elementos que contribuem harmoniosamente para o movimento da engrenagem capitalista, segundo Harvey (2005). Partindo desse pressuposto, podemos verificar alguns aspectos primordiais que são sempre levados em consideração pelos agentes capitalistas na hora de realizarem seus investimentos, são as condições oferecidas pelos lugares, uma vez que elas podem não ser as mesmas em diferentes localidades, contribuindo desse modo para a edificação das diferenças geográficas e acentuação da divisão territorial do trabalho.

As principais condições, levadas em consideração pelos atores hegemônicos quando se trata da atratividade dos lugares são os quadros demográficos, infraestruturais e de desenvolvimento social; estes aspectos servirão de norte para suas estratégias. Mas, não se pode deixar de analisar o contexto histórico da parcela territorial de onde se busca tirar as conclusões acerca da territorialização do capital, já que a história não se faz de uma só vez.

Assim, de um modo particular, os elementos do passado e do presente serão guias para uma análise acerca da territorialização do capital do agronegócio e da agroindústria de Araguaína, subsidiando a discussão. Por isso, neste trabalho buscou-se analisar a territorialização do capital do agronegócio no município de Araguaína, bem como examinar a atual configuração de sua agroindústria no contexto local e internacional. Para atingir os objetivos, foi necessária uma ampla revisão bibliográfica acerca do tema tanto em aspectos gerais como por meio de monografias sobre o local de estudo. Outro elemento importante da pesquisa são os dados relacionados ao debate, que foram extraídos de sites oficiais e possibilitaram uma melhor assimilação da realidade de Araguaína no que se refere à territorialização do seu agronegócio.

Em um primeiro momento aborda-se o processo histórico-geográfico de territorialização do agronegócio no município; em seguida discutiremos sobre o papel das instâncias sociais na efetivação desse processo, seja por meio do viés político, estatal ou econômico; no terceiro ponto trataremos da agroindústria propriamente dita do município, através de dados mostrar-se-á a sua dinâmica no processo produtivo; por último tomaremos o agronegócio de Araguaína perante o comércio nacional e internacional, enfocando suas competências na produção alimentícia.

O PROCESSO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA EM ARAGUAÍNA (TO)

Araguaína é potencialmente concebida como um pólo, pois é um município economicamente influente dentro do estado do Tocantins no Brasil, e com uma grande influência nas regiões interestaduais próximas, sobretudo dos estados do

Pará e do Maranhão. Muitas especificidades podem ser citadas, e o exemplo clássico é a grande força do setor de comércio (GASPAR, 2002). Isso sem contar a sua vasta oferta no setor de serviços como, por exemplo, na área da saúde que funciona como reforço à sua polarização (GASPAR, 2002); ou mesmo em ramos como o da educação em nível superior como vem se mostrando nos últimos anos (GASPAR, 2011). Tais fatos contribuem assiduamente para o processo de polarização de Araguaína, fortalecendo-a, sem dúvida, como uma área de desenvolvimento econômico capitalista.

Nesta pesquisa será focado o agronegócio presente no município. Analisar-se-á, inicialmente, a agropecuária no processo histórico de formação do município, pois há de se notar que as intencionalidades mercantis que envolvem esse segmento se subsidiam, sobretudo na cidade, o que configura a dialética cidade-campo, culminando na criação de formas e funções espaciais dispostas a alicerçar a dinâmica econômico-agrária do município, são bons exemplos os bancos, as lojas de implementos agrícolas, as clínicas veterinárias, as empresas de consultorias etc. Será analisado como a agropecuária se territorializou no município no transcorrer do tempo, entre os anos de 1960 até a atualidade, isso de uma forma sucinta, e como se encontra na atualidade, discutindo o valor econômico das atividades inerentes a esse processo. Pois,

O valor é uma construção espaço-temporal distintiva que depende do desenvolvimento de toda uma gama de práticas espaços-temporais (incluindo a territorialização da superfície da terra por meio de direitos de propriedade e da formação de Estados, bem como o desenvolvimento de redes geográficas e sistemas de troca para o dinheiro e as mercadorias, incluindo a própria força de trabalho) (HARVEY, 2004, p. 149).

Araguaína em sua história ocupacional e política quando ainda era conhecida como povoado “Lontra” pertencera primeiramente ao município de São Vicente do Araguaia (atual Araguatins); tempos depois passou a fazer parte do município de Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis). Em 1948 a localidade passa a se chamar de fato Araguaína, em homenagem ao rio Araguaia, e também foi nesse mesmo ano que passou a fazer parte do município de Filadélfia; em 1953 o povoado é elevado à categoria de distrito de Filadélfia; e finalmente no ano de 1958 ocorreu a sua emancipação política e a criação do município de Araguaína. Atualmente Araguaína conta com apenas um distrito que é a sua sede, já que em 1991 os distritos de Aragominas, Muricilândia e Araguanã que antes faziam parte de sua extensão territorial se emanciparam e foram elevados à categoria de municípios, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Mapa 1 apresenta-se a atual configuração política territorial do estado do Tocantins, bem como a localização e dimensões do atual município de Araguaína. O município está localizado na porção norte do estado, distante a cerca de 380 km da capital Palmas que se localiza na porção central. Araguaína se configura como um município polo em relação aos demais municípios tocantinenses vizinhos que são quase todos de pouca expressividade econômica e política no cenário regional, devido à incipiente dinâmica de seus setores econômicos (comércio, serviços, indústria, agropecuária) e a estruturas demográficas menos significativas.

Mapa 1: Localização do Município de Araguaína (TO)



Fonte: IBGE

Organização: Delismar Costa (2016)

O desenvolvimento econômico de Araguaína iniciou-se com a construção da BR-153 no final da década de 1950 (entretanto, efeitos significativos para a dinâmica do município só foram sentidos de fato na década posterior “1960”, principalmente com o aumento da imigração para a localidade); a rodovia corta o município no sentido norte-sul. A partir deste marco a cidade vem se mostrando como um forte expoente econômico no âmbito estadual desde os tempos de Goiás, e principalmente agora que faz parte do estado do Tocantins. O desenvolvimento demográfico (sobre a evolução populacional de Araguaína ver Quadro 1) se deu muito rapidamente em relação a outros municípios vizinhos, em virtude da construção da rodovia que servia de estímulo a imigração, segundo Pereira (2013).

Essa dinâmica criada, principalmente com a construção da rodovia, não trouxe apenas o crescimento da população, mas também o desenvolvimento de atividades econômicas como a agropecuária e outros setores, por exemplo, o de serviços (comércio, hospitais, construção civil etc). Assim verificamos a ideia de Harvey (2004, p. 238), quando o autor diz que

[...] os investimentos em infra-estruturas sempre geram distorções e desenvolvimentos geográficos desiguais, e estes atraem ainda mais desenvolvimento, como parte da sinergia que advém inevitavelmente quando as atividades do livre mercado se envolvem na produção do espaço.

Tais distorções só acentuam ainda mais as desigualdades sociais dentro do território nacional, pois quem se vale delas, em sua maioria, são os atores hegemônicos, que, em todo caso, promovem a exploração da força de trabalho dos desfavorecidos de

meios de produção, cuja única mercadoria que têm para vender é própria força de trabalho.

Quadro 1: Evolução da população de Araguaína (TO) ao longo de sua emancipação

Ano	População	Varição em Relação ao censo Anterior %
1960	10,622	-----
1970	37,780	+255,67
1980	72,069	+90,75
1991	103,396	+43,46
2000	113,090	+9,37
2010	150,622	+33,18

Fonte: IBGE – Censos Demográficos: 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. **Organização:** Delismar Costa (2016)

Araguaína como se observa no Quadro 1 teve sempre avanços significativos nos números de habitantes a cada censo demográfico, com exceção do período de 1991 a 2000 quando o município teve um acréscimo de apenas 9,37% na população, sendo esse o único momento em que foi constatado uma taxa de crescimento populacional inferior a 30% desde a sua emancipação política. Esses dados nos dão a noção de como o processo de imigração (principalmente entre os anos de 1960 a 1991) de pessoas para Araguaína foi responsável pela formação de uma reserva de mão de obra, utilizada tanto no campo como na cidade, que proporciona a produção de mais-valia e, por conseguinte, o enriquecimento dos empresários e dos grandes latifundiários locais.

Os grandes investimentos em infraestruturas que foram iniciados no governo presidencial de Juscelino Kubitschek e que visavam à integração do território nacional através das redes, principalmente por meio da construção de rodovias, adentraram a região Norte do país onde ainda não havia um desenvolvimento econômico capitalista igual ao que era verificado nas regiões Sudeste e Sul da nação até a época de meados do século XX. Como pudemos notar, Araguaína foi beneficiada por essa política aumentando sua importância e participação econômica no âmbito das relações capitalistas de produção, pois o município saiu do isolamento, segundo Pereira (2013).

O município a partir das décadas de 1960-70 passou a se integrar com as localidades do seu entorno, com as demais regiões do país e mais recentemente com outros países, isso se dá, sobretudo pela ação das redes, uma vez que “Através das redes, podemos reconhecer, grosso modo, três tipos ou níveis de solidariedade [...]. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos estados e o nível local” (SANTOS, 2014, p. 270). Araguaína encontra-se inserida nesses três paradigmas, principalmente pela atuação da agroindústria frigorífica, seja no nível local através das relações mantidas com os municípios de seu entorno, seja no nível nacional dialogando e interagindo com as demais regiões do Brasil, ou

mesmo no cenário internacional efetivamente notável pela exportação de carne bovina, tal fenômeno não seria possível sem a funcionalidade das redes, sejam elas de transportes, de comunicação ou cibernéticas.

Entretanto, o município não teve um desenvolvimento totalmente sadio no que diz respeito à sua equipagem de infraestruturas verificadas na cidade, enfrentando problemas internos de organização, segundo Pereira (2013). Ainda no início de sua história como município emancipado tem-se uma comparação bem notável, cujo conteúdo é o seguinte:

[...] Imperatriz tem bom traçado urbano, com ruas largas, ao passo que Araguaína cresce desordenadamente, sem plano preconcebido. Pela mesma razão Imperatriz tem função regional bem estabelecida, enquanto Araguaína é ainda incipiente como entreposto, já que suas comunicações com os centros próximos, fora da Belém-Brasília, são deficientes (VALVERDE; DIAS, 1967 apud PEREIRA, 2013, p. 118).

Atualmente, a cidade tem uma função regional bem estabelecida; mas com grandes deficiências na organização dos arranjos espaciais urbano, como nos fala Pereira (2013, p. 113), “Faltam praças, rede de saneamento básico, asfalto com qualidade, arborização, calçadas niveladas para o Portador de Necessidades Especiais se locomover, falta rigor no cumprimento das normas de trânsito, etc”.

Araguaína depois de um certo período de tempo (1960-1990), passa a ter todos os pré-requisitos para a territorialização do capital fundiário de forma mais incisiva do que já estava em curso. Pois possui uma estrutura demográfica considerável, que lhe garante um excedente de mão de obra; uma região próxima e ainda alguns lugares longínquos que lhe fornecem matérias-primas, como no caso do abate de animais; e ainda possui uma rede de infraestruturas que lhe serve de suporte como, por exemplo, a BR-153, as redes de comunicação e informação; e, por último o município tem um mercado amplo que absorve a sua produção, seja localmente ou até mesmo internacionalmente, um bom exemplo é a produção de carne bovina que é exportada até para o Oriente Médio, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2015).

Assim, podemos afirmar que o processo histórico-geográfico de territorialização do agronegócio em Araguaína se deu principalmente por meio de três processos, o primeiro é a implantação da rodovia BR-153 que viabilizou a integração do município com uma significativa parte do território nacional; depois ao papel do Estado como grande incentivador; e por último pela divisão territorial do trabalho que praticamente obriga a região Norte do país a se dedicar à produção primária, enquanto que as regiões Sudeste e Sul se fortificam com indústria e avanços técnico-científicos na ordem da *tecnosfera*. A região Norte por seu turno recebe apenas ordens a serem cumpridas em favor da economia nacional fortalecendo a *psicosfera* hegemônica do Sudeste e do Sul, que contribui para a produção do desenvolvimento geográfico desigual no território nacional.

Cabe salientar, que a divisão territorial do trabalho é apenas uma forma de o país se adequar às exigências da estrutura econômica mundial (a totalidade), ou seja, apesar de ser um quadro visível ao investigador, atualmente não se pode analisar essa divisão territorial sem a devida relação com a própria divisão internacional do trabalho, que é de fato a verdadeira força motriz da dinâmica

econômica dentro e fora dos territórios nacionais. Assim, acredita-se que a totalidade é chave para uma análise clara da realidade, já que nenhum lugar se explica per si.

A pecuária local se dedicou, principalmente, à criação de bovinos de forma extensiva, que é sem dúvida o segmento de atividade rural mais notável no município e na sua região próxima. Isso talvez explique o título de “Capital do Boi Gordo”. Veremos mais adiante que esse título também se deve à grande quantidade de bovinos abatidos nos frigoríficos da cidade, sendo eles de origem local ou não.

Quadro 2: Quantitativo dos maiores rebanhos de Araguaína (TO)

ANOS	BOVINOS	SUÍNOS	GALINÁCEOS
	Milhares de cabeças	Milhares de cabeças	Milhares de cabeças
2012	222.700	4.900	206.750
2013	223.985	5.164	235.473
2014	226.770	4.700	295.120

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal. **Organização:** Delismar Costa (2016)

No Quadro 2 observa-se os quantificadores dos maiores rebanhos do município, notando-se a progressão contínua nos últimos anos do aumento do rebanho bovino. Embora não sejam números tão exorbitantes se comparados a outros municípios do estado que estão no topo, isso não significa dizer que o abate de gado de corte não seja a atividade mais relevante da agroindústria, já que a região próxima da cidade e municípios do Pará aparecem como os grandes fornecedores de gado, Araguaína dessa forma exerce a função de polo atrativo e processador dessa produção, segundo Dias (2014).

Com relação à agricultura pode-se afirmar que sua contribuição para a dinâmica econômica capitalista do município é quase irrelevante; a produção de soja inexistente até hoje. No Quadro 3 demonstra-se quais são as principais lavouras temporárias e os seus últimos números disponíveis para acesso. Talvez um dos motivos para a inexistência de uma agricultura forte seja a preferência moldada ao longo de vários anos pela pecuária extensiva, pois o mercado sempre está aquecido no âmbito nacional e/ou internacional. Se comparado o número de bovinos do município em 2012 com o quantitativo da população, que nessa época girava em torno de 150 mil habitantes, verifica-se uma superioridade de cerca de quase 48% a mais de cabeças de gado em relação ao número de pessoas, ou seja, para cada habitante existia mais ou menos 1,4 cabeças de gado.

Quadro 3: Produção e área plantada das principais lavouras temporárias de Araguaína (TO)

Ano	Arroz		Feijão		Mandioca		Milho	
	Área Plantada (ha)	Produção (t)						
201								

1	750	1.275	360	234	790	17.380	1.200	2.160
201 2	800	1.464	390	254	420	7.560	1.100	2.035
201 3	700	1.365	320	208	790	11.850	1.000	1.870
201 4	450	855	200	125	700	15.400	800	1.520

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. **Organização:** Delismar Costa (2016)

No Quadro 4 tem-se os números das principais lavouras permanentes, que muito embora não sejam tão significativas economicamente para o município, contribuem também para variação da produção, e que de modo particular servem para atender o mercado local, que muito embora seja alvo de produtos advindos de fora (mercado local) ainda persiste mesmo que de forma pequena e às vezes de modo tradicional. Juntamente com as lavouras temporárias, as lavouras permanentes abastecem em pequenas proporções alguns supermercados locais que recebem produtos, de gênese camponesa em sua quase que totalidade, para a revenda; as feiras livres também são os locais onde essa microprodução é comercializada, sendo a feira da Praça do Mercado Municipal a mais antiga e tradicional da cidade; o programa “Compra Direta” gerido pela Prefeitura Municipal também participa na aquisição desses produtos, e os destinam para programas assistenciais de distribuição de cestas básicas.

Quadro 4: Dados das principais lavouras permanentes de Araguaína (TO)

LAVOURAS	Área Colhida 2014 (ha)	Produtividade 2014 (Kg/ha)	Valor da Produção 2014 (Reais)
BANANA	145	6.897	900.000
COCO-DA-BAÍÁ	118	15.297	1.354.000
LARANJA	81	15.802	640.000

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. **Organização:** Delismar Costa (2016)

Outro intensificador desse processo de territorialização da agropecuária que pode ser analisado é a criação do Sindicato Rural de Araguaína (SRA), que foi um grande passo para a expansão das atividades pecuaristas e da agricultura no município. Para Dias (2014, p. 67), “[...] a principal função do SRA é fomentar a valorização econômica, política e cultural da pecuária em Araguaína e região [...]”. O sindicato fora criado oficialmente em 1967 quando o município tinha nove anos de emancipação política, isso mostra a sua vocação desde o início para as atividades do setor primário. O referido sindicato é um dos atores responsáveis pela organização que viabiliza a territorialização do capital no campo araguainense. Atualmente, este sindicato é nada mais que um dos disseminadores das ideias elitistas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), presidida por Kátia Abreu, que visam ao fortalecimento progressivo da monocultura e extinção da agricultura familiar. Isso fica evidente nas ações desse sindicato que estão sempre conectadas aos interesses dos grandes fazendeiros, em detrimento dos interesses dos

camponeses da região (são exemplos os leilões, as festas elitistas e as propagandas em meios informacionais).

Outra forma-conteúdo, por assim dizer, que viabiliza o processo de territorialização da agropecuária no município é o Distrito Agroindustrial de Araguaína (DAIARA), pois o mesmo

[...] é um espaço destinado à instalação de empresas, cujo objetivo é alavancar a produção industrial, fortalecendo a economia da cidade e região, atraindo então novos investidores para o surgimento de indústrias, aumentando a oportunidade de empregos e gerando receita na região (SOUSA; LORRAYNE, 2014, p. 5).

O distrito fora criado em 1990, sua função era bem nítida, mas com o passar do tempo foi em termos abandonado pelo poder público, algumas empresas ainda têm sede no distrito inclusive do segmento de estocagem de cereais e frigoríficos.

Múltiplas variáveis contribuíram para instalação do ramo de atividades agropecuárias em Araguaína, além das já citadas podemos falar de outras formas espaciais como o Parque de Exposições de Araguaína, que viabiliza eventos de natureza cultural e de negócios inerentes à agricultura e à pecuária local. A instalação de uma ampla rede de lojas especializadas na venda de insumos e maquinarias agrícolas na cidade; além de uma gama de serviços bancários que facilitam o crédito e assim o fomento às atividades rurais patronais no município, cujo maior expoente é o Banco da Amazônia S/A (BASA). Isso sem contar os incentivos recebidos por aqueles que se dedicam a esse segmento, advindos do governo federal, tais como crédito automobilístico, isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) etc.

[...] participam indústria fornecedoras de insumos, implementos, máquinas, transportes, armazenagem, beneficiamento, bem como uma gama de serviços de assistência técnica, contábil, de logística, de crédito, entre outros. Enfim, articulações à montante e à jusante do processo agrícola propriamente dito (CAMPOS, 2011, p. 102).

Esse processo beneficia claramente a elite ruralista local, empresários e promotores de eventos. Estes atores se valem do aparato institucional e de toda essa rede de articulação econômicas, para assim fortalecerem ainda mais as suas bases como classe dominante no cenário araguainense.

O PAPEL DAS INSTÂNCIAS, POLÍTICA, INSTITUCIONAL E ECONÔMICA NA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO EM ARAGUAÍNA (TO)

O território brasileiro como um todo não é um tecido homogêneo, muito pelo contrário, é marcado pelas distorções e desigualdades. O próprio processo de ocupação portuguesa já deixou evidente, por meio de suas políticas e atividades, que as partes litorâneas eram e são até hoje as regiões mais fortes econômica e demograficamente. Entretanto, muitas políticas de povoamento e expansão de atividades foram aos poucos sendo implantadas para assim promoverem a integralização de todo o território. A região Norte não se viu longe dessas articulações, sobretudo pela existência nessa parte do território da floresta

amazônica, que foi alvo de muitas visões geopolíticas no período da ditadura militar, segundo Costa (1997).

Do ponto de vista político podemos afirmar que várias ações foram feitas ao longo do tempo para uma complexa territorialização do capital do agronegócio no município de Araguaína. Assim, de um modo geral a política assume um papel fundamental no Brasil, pois além de dá sentido às ações econômicas também as viabilizam.

No âmbito da política o agronegócio promove várias ações para obter apoios e criar um ambiente institucional favorável à sua territorialização. Entre os mecanismos mais utilizados está a eleição de pessoas diretamente vinculadas aos segmentos do agronegócio (empresários agropecuaristas e/ou agroindustriais) para cargos públicos, bem como financiamento de campanhas eleitorais de políticos de distintos partidos, tanto do poder executivo quanto do legislativo (CAMPOS, 2011, p. 117).

No Brasil, “Uma das mais importantes ‘conquistas’ do agronegócio, garantida por esse mecanismo de representação político institucional, foi a aprovação da Lei Complementar 87/96, que isenta do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)”, em particular para “os produtos primários e semi-elaborados voltados para exportação” (CAMPOS, 2011, p. 118). Isso demonstra como a estrutura política ruralista nacional se encarrega de beneficiar aqueles que reproduzem o capital por meio de atividades rurais.

Araguaína, na sua história política, teve, ao longo de vários anos, sobretudo no âmbito do poder executivo, a presença de gestores que representavam nitidamente a elite rural do município e de sua região próxima. Esse cenário teve alguns momentos de turbulência como, por exemplo, o período de 1973 a 1976 quando a localidade foi administrada por quatro mandatários (João de Sousa Lima, Wilson Gomes de Sousa, José Ribamar Gomes Marinho e Uzimael Gonçalves Pereira) ao longo oito micro administrações (chamamos micro administrações pelo fato de terem sido de curtas durações, não superiores a dois anos); esse momento histórico foi marcado pela existência de questões relacionadas a inquérito policial, intervenções estadual e até mesmo cassação de mandato, sendo um dos períodos mais turbulentos da história política-administrativa araguainense, segundo Araújo (2000). Esses administradores concentravam suas políticas em direção ao espaço rural do município, para assim fortalecer o setor primário da economia local.

O maior expoente que aqui podemos citar é o já falecido político João Ribeiro, que esteve à frente do executivo municipal (1989-1990; 1990-1992), considerado um grande latifundiário. O político em questão teve notórias atuações no cenário nacional em defesa do expansionismo do agronegócio, haja vista que essa é a sua classe de pertencimento. No ano de 2011 o então senador, teve seu nome envolvido em uma grave denúncia que afirmava a existência de trabalho análogo à escravidão em uma de suas fazendas, segundo o site Reporte Brasil (Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2011/03/tst-confirma-escravidao-na-fazenda-do-senador-joao-ribeiro/>>. Acesso 21 de março de 2016). No Tocantins essa prática ainda persiste, principalmente na região do Bico do Papagaio, que é *locus* de conflitos pela posse da terra e de concentração de trabalho escravo por dívida (LOPES, 2009; CHAVES, 2015).

Essa forma de acumulação do capital, por meio de relações pré-capitalistas (no caso aqui a escravidão), é uma das múltiplas faces desse modo de produção que sempre visa usurpar a força de trabalho dos indivíduos, seja no campo ou na cidade. Martins (2010, p. 36), afirma que “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”. O que João Ribeiro fez foi exatamente isto, pois utilizou-se de formas não capitalistas de produção subordinadas ao capital para fortalecer ainda mais o processo de acumulação no espaço agrário.

No estado do Tocantins, de um modo geral, a articulação política se dá de forma nítida, a elite política é ao mesmo tempo a elite rural, pois “Eles atuam no fortalecimento da expansão do capitalismo no campo tocantinense, e a intensificação do consumo produtivo a ele relacionado. Isso ocorre através da criação de pautas, projeto de lei, procura por financiamentos, propõem emendas, negociam isenções, etc” (DIAS, 2014, p. 59). Dessa forma, a política mescla-se à economia agindo em favor de seus próprios interesses e não pela busca do bem-estar social.

Um notável exemplo dessa articulação política é o caso da senadora e ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu; seus ideais são bem claros em relação ao agronegócio, ela busca viabilizar de todas as formas a reprodução do capital perante as atividades inerentes a esse segmento no estado do Tocantins. A representante ruralista já chegou a comemorar aquilo que chamou de perda da hegemonia por parte das ONGs frente às decisões ambientais, em virtude da redação do novo Código Florestal; além de na mesma ocasião emitir a célebre frase: “Não vamos deixar o descumprimento de leis trabalhistas ser confundido com escravidão”, em entrevista à BBC-Brasil (Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120614_entrevista_katia_jf.shtml> Acesso em 2 de abril de 2016); e por último, em um quadro mais atual, temos a sua articulação na inserção do Tocantins no projeto MATOPIBA, que é a nova fronteira agrícola nacional. Isso demonstra o quão a elite política ruralista se dedica à sua causa maior, que é a exploração exacerbada de mão de obra barata e estagnação do meio físico perante as atividades agropecuárias em busca de lucros e concentração de poder.

No que diz respeito à estrutura institucional, pode-se afirmar que sem o poder do Estado o capitalismo nada seria, já que o Estado se transfigura em diferentes meios que viabilizam a produção de lucros. Tais transformações se concretizam em forma de infraestruturas, incentivos e políticas voltadas ao fomento das atividades econômicas, que também contemplam o agronegócio. O Estado é um aparelho que por sua própria natureza é detentor de poder e autonomia para realizar, determinar e contribuir para efetivação de projetos ideológicos, principalmente os de natureza econômica desde que o neoliberalismo passou a ser o novo guia das ações mundiais.

O poder institucional, é sem dúvida uma das peças principais da engrenagem capitalista atual, agindo em suas várias esferas de ações. Possibilita que os atores hegemônicos unam-se a ele, de forma que possam melhor aproveitar os benefícios oriundos de sua geopolítica, sobretudo no campo das relações de produção, já que

“O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo” (HARVEY, 2005, p. 84).

Esse caráter mediador do Estado que polimeriza duas coisas tão antagônicas como o capital e o trabalho, faz com que muitas funções sejam exercidas por ele no âmbito dessa relação. A seguridade social, a fixação de salário mínimo e a mediação no caso de desavenças (patrão-empregado) são bons exemplos de como sua atuação é crucial para os capitalistas. A agricultura, por exemplo, empregou 116,746 mil trabalhadores em 2013 no Brasil, quase o dobro de empregos gerados dez anos antes, em 2003, que por seu turno, obteve um total de 65,452 mil postos de empregos ocupados nesse segmento, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Tal fato se deve única e exclusivamente ao papel exercido pela instância institucional, sua capacidade de normatização, de construir infraestruturas e de harmonizar as relações entre as classes sociais (sempre favorecendo os capitalistas) é notória; assim, o Estado é um agente insubstituível nesse processo de produção de mais-valia.

Araguaína não foge a essa lógica, pois a estrutura institucional já se encontra aparelhada e presente em todas as partes do território, seja através de infraestruturas materiais, serviços ou normatizações. O município é alvejado claramente pela sua articulação, em favor das atividades do agronegócio, sua configuração territorial demonstra isso claramente através da presença, por exemplo, de rodovias, do parque de exposição agropecuária e do distrito agroindustrial; ou mesmo de forma imaterial, seja por meio das leis de regulamentação trabalhista ou de benefícios fiscais aos capitalistas do agronegócio.

Do lado econômico, como já se sabe; tudo concorre para que os fluxos de mercadorias, capital e informação se deem da melhor forma possível para a classe hegemônica, os capitalistas, os atores hegemônicos servem em grande maioria como capital variável no processo produtivo, pois são responsáveis pela criação de valor além dos seus próprios custos para o capital, segundo Marx (1983). As relações de produção são asseguradas como já vimos pela ação estatal, mas a estrutura econômica por si só tem uma arrumação interna que viabiliza sempre o maior enriquecimento dos detentores dos meios de produção, ao passo que proporciona cada vez mais a dependência dos trabalhadores em relação à classe burguesa, já que para o pobre “Vender a força de trabalho é uma desgraça, mas não ter quem a compre é uma infelicidade muito maior” (SANDRONI, 2005, p. 91).

Como nos afirma Marx (1984, p. 210), “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento do trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. Isso mostra como as relações de produção além de causarem a dependência pura do trabalhador em relação ao capital, ainda degrada toda estrutura moral e física dos indivíduos, isso é evidente nesta pesquisa nas situações de emprego dos frigoríficos do município, onde os salários são baixos e a submissão a horários de serviços fora do habitual são notáveis; desse modo, estas ações podem assim comprometer até mesmo a própria continuidade do processo de acumulação do capital.

Então, podemos conceber o modo de produção capitalista como um complexo mecanismo econômico, que através da produção de mercadorias adentra o espaço rural. Entretanto, “A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral” (MARX, 1984, p. 105). Daí surge à alienação de que Marx tanto falou; o capitalista além de obter lucros pelo tempo de trabalho não pago ao proletariado (a chamada mais-valia), ainda faz com que haja um processo alienante onde o trabalhador, criador de mercadorias e de valor, não tem os frutos de seu trabalho para si, mas os dá para aquele que é o comprador de sua força de trabalho; e o mais interessante disso tudo é que é justamente a venda dessas mercadorias que faz com que haja a perenidade desse processo exploratório.

A ação do viés econômico é facilmente percebida nas atividades inerentes ao agronegócio no âmbito do município de Araguaína, haja vista pela presença de uma configuração territorial rural amplamente dedicada à pecuária extensiva, isso sem contar o sítio urbano cuja arrumação espacial apresenta algumas formas e funções dedicadas ao livre fluxo do capital destinado a esse segmento como, por exemplo: lojas de insumos agrícolas, concessionárias de tratores, serviços de consultoria ambiental, clínicas veterinária, parque de exposições, DAIARA, etc. Toda essa gama de serviços e formas-conteúdo em conjunto com as suas funções são elementos direto no processo de territorialização do capital do agronegócio.

Araguaína é sem dúvida um município de expressividade econômica no estado do Tocantins, o mesmo possui uma balança comercial favorável, onde as exportações superam de longe as importações. A título de exemplificação, no ano de 2015 foram registrados US\$ 111,046,968 em exportações, enquanto as importações chegaram apenas a US\$ 806,045 criando um superávit de US\$110,240,923, segundo (MDIC) (2015). Existe assim uma forte ligação do município com a conjuntura econômica mundial, sobretudo com relação aos produtos oriundos do agronegócio. Para a economia capitalista, os dados são os esperados, todavia, para os demais sujeitos que precisam vender a sua força de trabalho, e também para o meio físico, não se pode afirmar a mesma satisfação, pois de um lado a riqueza gerada é fruto do trabalho não pago, e do outro há uma profunda degradação do meio ambiente do município, onde as suas florestas praticamente inexistem em consequência do avanço da agropecuária.

A AGROINDÚSTRIA DE ARAGUAÍNA (TO)

Diante do que já foi exposto, abordar-se-á a partir de agora a agroindústria araguainense; um segmento de grande notoriedade na economia local. Sua configuração se faz, principalmente pelo ramo dos frigoríficos, sendo a exportação de carne a maior fonte de receita na balança comercial com o exterior, tanto de forma restrita ao agronegócio ou mesmo levando-se em conta todo resto da produção do município de um modo geral. Devemos ter em mente que a agroindústria está umbilicalmente ligada às atividades do setor primário, muito embora faça parte do setor secundário do processo produtivo, tal fato se deve à

existência daquilo que os autores denominam complexo agroindustrial, uma espécie de casamento entre a indústria e a agropecuária segundo Mazzali (2000).

Para Mazzali (2000, p. 26), “O termo ‘Complexo Agroindustrial’ designaria o próprio modelo através do qual processou-se a modernização da agricultura, cuja dinâmica esteve na própria integração técnica e de capitais agricultura-indústria”. Assim temos uma união de dois segmentos antes dicotômicos e que agora fazem dessa articulação uma fonte de acumulação de capital e, por conseguinte, de criação de uma elite, ou seja, uma classe social abastada que se dedica aos dois ramos que estão em polimerização.

Como é possível observar no Quadro 5, o setor de produção frigorífica de bovinos tem um grande destaque nas exportações do município. Araguaína exporta para o exterior em sua totalidade apenas carne bovina, não havendo outros produtos na balança comercial.

Quadro 5: Números das exportações de carne bovina congelada nos últimos anos em Araguaína (TO)

Anos	Quantidade em Toneladas	Rendimento em US\$	Participação total nas exportações (%)
2015	24.135.465	89.075.400	80,21
2014	23.663.672	104.026.613	81,10
2013	22.232.180	89.997.838	76,38

Fonte: MDIC – Balança Comercial dos Municípios: 2013, 2014, 2015. Organização: Delismar Costa (2016)

No Quadro 5 tem-se a noção de quanto a agroindústria frigorífica é significativa para a economia financeira do município; apenas as carnes congeladas já somavam, em 2015, o equivalente a 80,21% das exportações total da localidade; isso porque utilizamos apenas essa linha da produção, já que as carnes frescas ou apenas refrigeradas e miudezas somam mais 14,46% neste mesmo ano, ou seja, as primeiras (carnes congeladas) juntamente com estas últimas (carnes frescas, refrigeradas e miudezas) somam quase 95% das exportações total de Araguaína para o comércio exterior. Esta produção está sempre ligada à agroindústria frigorífica, sobretudo com relação aos bovinos, com apenas uma pequena parcela de suínos.

A produtividade considerável em destaque, não se deve somente àquilo que se chama área territorial do município, mas também a ação de sua região próxima, ou seja, aos municípios de seu entorno. Entretanto, ainda assim essa produtividade não seria tão hegemônica dentro do estado do Tocantins, caso Araguaína através de sua especialidade (processamento de carne bovina) não extrapolasse os limites daquilo que se chama região. O município intercambia com outras cidades do estado do Pará, principalmente, para manter sua produção de carne bovina constantemente forte. Não seria isso uma ruptura com a conceituação tradicional de região? Sim, pois na atualidade fazer parte de uma zona de influência não precisa necessariamente estar próximo, sendo as redes as grandes responsáveis por essa articulação.

Assim, evidencia-se que o setor da agroindústria de Araguaína é o principal responsável pelo superávit da balança comercial do município em relação ao exterior, isso se deve também à estrutura demográfica extremamente favorável, que faz com que a oferta de força de trabalho seja superior ao número de postos de empregos a serem preenchidos. Outros aspectos já foram detectados, tais como, a ação estatal através de incentivos e articulações e também pela conjuntura econômica-comercial externa favorável.

Observa-se que a agroindústria de Araguaína é um braço forte da economia local, principalmente no seguimento de abate de bovinos. As modernas técnicas implantadas em seus frigoríficos são de grande relevo, pois a tecnologia age a favor da produtividade dos detentores de capital. Um bom exemplo é o frigorífico Minerva cujas tecnologias implantadas fazem da produção um processo dinâmico e rápido, isso sem falar no seu regime de confinamento de bovinos localizado na área rural de Araguaína. Confirma-se assim aquela concepção de Marx (1983, p. 151), que diz: “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas”.

Por último, acredita-se que esse novo panorama dos complexos agroindustriais fez e faz com que “No âmbito das relações frigoríficos/pecuaristas, tradicionalmente marcada pela falta de integração, as maiores exigências de sanidade do rebanho, por parte do mercado externo, pressionaram a uma maior aproximação entre indústria e produtores de bovinos” (MAZZALI, 2000, p. 152). O estado do Tocantins é um bom exemplo, pois devido a sua relação com o mercado externo contribui para que o mesmo já esteja há 15 anos sem nenhum surto de Febre Aftosa, que durante muito tempo foi um barramento para que pudesse ser mantidas relações com o comércio exterior. Nesse sentido não comemoram apenas os produtores, mas também o governo do estado, já que esse se beneficia das contribuições fiscais oriundas desse processo. O restante da população deve se contentar com empregos, cujos salários não lhes permitem um modo de vida confortável como o da classe média nacional, pois geralmente são moradores de áreas já marginalizadas pelo processo de segregação socioespacial (em partes são trabalhadores que residem em bairros como: Vila Azul, Costa Esmeralda, Ponte, Monte Sinai).

O AGRONEGÓCIO DE ARAGUAÍNA (TO) NO QUADRO NACIONAL E INTERNACIONAL

O município de Araguaína tem uma expressividade econômica relevante, que o faz promover uma forte batalha pela polarização juntamente com Marabá (PA) e Imperatriz (MA); isso se deve muito ao setor terciário que faz do lugar um celeiro de oportunidades para aqueles que buscam vender a sua força de trabalho. Entretanto, a localidade se destaca também pelas atividades do agronegócio, sobretudo em relação à agroindústria frigorífica, sendo esse segmento responsável pelas maiores articulações do município com o mercado nacional e internacional.

No que diz respeito ao mercado interno, a agroindústria frigorífica bovina de Araguaína tem uma articulação um tanto tímida, pois seu alvo principal é sem dúvida o mercado externo. Todavia, outras relações marcam essa interação com o cenário

nacional tais como a importação de produtos químicos e sementes, já que no município inexistia uma indústria voltada para esses segmentos. Outro aspecto é o da dependência de maquinarias advindas de diversas partes do território nacional, como por exemplo, tratores, colheitadeiras, câmaras frias, esteiras etc. Por último, mas não menos importante temos a importação de matérias-primas que se faz bem evidente, o maior exemplo é o da indústria frigorífica local que compra bovinos principalmente de áreas distantes, principalmente do estado do Pará. Assim se faz a interface do agronegócio local com o cenário nacional.

Enfocando ainda a indústria frigorífica araguainense, mas agora em conjunto com as demais indústrias do estado, em relação ao comércio exterior, pode-se dizer que muitas conquistas econômicas foram conseguidas ao longo do tempo, vários países se dispuseram a comprar a carne bovina produzida, tanto do município de Araguaína quanto estado de um modo geral. Nesse aspecto podemos citar o caso dos Estados Unidos da América que em 2015 passou a fazer parte dos países que se dispuseram a comprar a carne do estado do Tocantins e de outros 12 estados e o Distrito Federal. Nessa ocasião o Ministério da Agricultura firmou essa parceria, cujas negociações já duravam cerca de 15 anos, segundo o site de notícias “Cenário Tocantins” (Disponível em: <<http://cenariotocantins.com.br/principal/tocantins-sem-aftosa-ha-15-anos-comemora-os-produtores-e-o-governo/>>. Acesso 7 de abril de 2016).

Entretanto, alguns enclaves ainda existem frente à liberação das exportações da carne bovina, no caso do Tocantins, para alguns países (em virtude, principalmente de questões sanitárias), como por exemplo, a Arábia Saudita que nesse ano de 2016 habilitou apenas três frigoríficos em todo o estado para lhe fornecer carne, dentre eles está o frigorífico Minerva localizado em Araguaína, segundo o site de notícias “Portal O Norte” (Disponível em: <<http://www.portalonorte.com.br/estado-76818-tocantins-e-autorizado-a-exportar-carne-aos-estados-unidos.html>>. Acesso 7 de abril de 2016). O Quadro 6 dá uma dimensão dos principais parceiros comerciais de Araguaína do mercado externo.

Quadro 6: Principais países importadores da carne processada no município de Araguaína (TO) em 2015.

Países Destinatários 2015	Total em US\$	Participação em porcentagem (%)
Egito	23.238.571	20,93
Rússia	22.924.878	20,64
China	15.695.805	14,13
Irã	15.082.980	13,58
Chile	9.905.599	8,92
Argélia	5.278.505	4,75
Vietnã	4.416.287	3,98
Líbano	3.136.435	2,82
Emirados Árabes Unidos	2.839.364	2,56
Malásia	2.139.732	1,93
Outros Países	6.388.820	5,76

Total	111.046.968	100
--------------	--------------------	------------

Fonte: MDIC – Balança Comercial dos Municípios: 2015. Organização: Delismar Costa (2016)

O município exporta para o exterior, em sua totalidade, uma significativa parcela da carne processada em seus frigoríficos, inexistindo qualquer outro produto de exportação que não esteja relacionado à agroindústria frigorífica onde a maior porcentagem, quase 100% da produção, se resume em carne bovina, que como é possível notar no Quadro 6 está sendo direcionada principalmente para o exterior do Brasil, sendo o consumo local não condizente com o quantitativo que é produzido.

Pode-se notar também no Quadro 6 que uma considerável parte da produção de carne araguainense é exportada para países do norte da África e asiáticos, estes são em sua maioria de religião Muçumana, ou seja, exigem que no processo produtivo algumas normas sejam cumpridas, como regras de higiene e rituais religiosos na hora do abate. No ano de 2015 foi exportado para África 27,90% da produção, principalmente para países do norte africano onde predomina o Islamismo; no mesmo bojo e no mesmo ano foi exportado para o Oriente Médio 20,84% da produção; isso significa que quase a metade da produção de carne de Araguaína está destinada ao mercado de países de orientação Muçumana, segundo os dados do MDIC (2015).

Desse modo, acredita-se que a dinâmica do agronegócio local se dá mais precisamente pelas articulações da agroindústria, principalmente pelo ramo dos frigoríficos. Sua relação com o mercado interno acontece pela venda de carne, mas principalmente pela dependência de meios de produção (maquinarias e matérias-primas) vindas de outras partes do território, que viabilizam o processo produtivo, que por sua vez dedica-se principalmente a atender as demandas do mercado externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, atualmente o município de Araguaína se encontra inserido no processo de reprodução do capital do agronegócio. Isso se deve ao processo de territorialização desse capital que, por seu turno, não ocorreu de forma emergencial, mas ao longo de décadas que serviu para massificar essa atividade no cotidiano econômico da localidade, por meio de práticas de atividades econômicas, tais como a pecuária, o abate de bovinos e o comércio de implementos agrícolas, por exemplo.

Acredita-se também que esse processo de territorialização não teria alcançado êxito sem as devidas contribuições das estruturas estatal, econômica e política, uma vez que em Araguaína a agropecuária geralmente está associada às pessoas que são ao mesmo tempo atores econômicos e atores políticos. Assim, afirmamos que a agroindústria é uma importante vertente dessa forma de reprodução do capital, no sítio urbano de Araguaína são notáveis os empreendimentos inerentes a esse segmento, pois abriga inúmeros frigoríficos, que são os maiores responsáveis pela manufatura da carne bovina produzida no município e de outras regiões.

Assim, por meio dessas discussões espera-se ter contribuído para futuros debates sobre a problemática em questão. Acredita-se que o raciocínio crítico em relação ao agronegócio não só em neste caso aqui exposto, mas em todo Brasil

deve ser explorado ao máximo, pois o que é pregado pela mídia e pelo o Estado não condiz com a realidade devassadora causada por essa atividade à sociedade, por meio da subjugação do trabalho em face do enriquecimento de uma parcela mínima da população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claudivan Santiago de. **Araguaína: história e atualidade**. Araguaína: Prefeitura Municipal de Araguaína, 2000. (Suporte Pedagógico).

CAMPOS, Christiane. A territorialização do agronegócio no Brasil. In: _____. **A Face Feminina da Pobreza em Meio a Riqueza do Agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: CLACSO, 2011. cap. IV.

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e Barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. São Paulo: USP, 2015. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil: a “montagem” do território brasileiro, geografia política e geopolítica, as políticas territoriais após 1964**. São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

DIAS, Reges Sodré. **As Atividades do Agronegócio em Araguaína: entre espacialidades urbanas e novas/velhas desigualdades sociais**. Araguaína: UFT, 2014. (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia).

GASPAR, Jacira. **Araguaína e sua Região: saúde como reforço da polarização**. Recife: UFPE, 2002. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

_____. **O Papel do Ensino Superior em Araguaína – TO: o que dizem os estudantes e os professores**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. (Tese de Doutorado em Educação).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Espaços de Esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos: 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

_____. **Produção Agrícola Municipal: 2011, 2012, 2013, 2014**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

_____. **Produção da Pecuária Municipal: 2012, 2013, 2014.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

LOPES, Aberto Pereira. **Escravidão por Dívida no Norte do Estado do Tocantins:** vidas fora do compasso. São Paulo: USP, 2009. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Abril Cultural, 1984.v. 1. t. 2. (Os Economistas).

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Abril Cultural, 1983.v. 1. t. 1. (Os Economistas).

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial:** do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000. (Coleção Prismas).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Balança Comercial dos Municípios: 2013, 2014, 2015.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 28 de março de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE); et al. **Evolução do Emprego por Setor de Atividade Econômica: 2002 a 2013.** Disponível em: <www.mte.gov.br/>. Acesso em: 28 de março de 2016.

PEREIRA, Aires José. **Leitura de Paisagens Urbanas:** Um estudo de Araguaína – TO. Uberlândia: UFU, 2013. (Tese de Doutorado em Geografia).

SANDRONI, Paulo. **O que é Mais-Valia.** São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014. (Coleção Milton Santos; 1).

SOUSA, Kleber; KENY, Lorryne. Distrito Agroindustrial de Araguaína: um estudo sistêmico sobre o efetivo funcionamento do “projeto DAIARA”. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2014. p. 1-16.

Delismar Palmeira Costa – Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (2012-2016), Campus Araguaína. Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins, campus Porto Nacional.

Alberto Pereira Lopes - Possui graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba(1991), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia(2001) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo(2009). Atualmente é PROFESSOR da UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Revisor de periódico da Revista de Geografia Agrária - Campo e território, Revisor de periódico da Revista de Direito da Cidade, Revisor de periódico da Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades (Online), Revisor de periódico da Bioikos e Revisor de periódico da Revista Ciência em Extensão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atuando principalmente nos seguintes temas: Reforma agrária, Espaço geográfico.

Recebido para publicação em 10 de março de 2017.

Aceito para publicação em 13 de junho de 2017.

Publicado em 01 de julho de 2017.

<https://doi.org/10.20873/uft.2317-9430.2017v6n10p39>